

O TRABALHO NO CAMPO E NO CONTEXTO DO MST

Sandra Luciana Dalmagro¹
Célia Regina Vendramini²

RESUMO

Este artigo analisa o trabalho no campo no contexto da sociedade burguesa e, particularmente, as formas de trabalho gestadas no interior do MST. Partimos da concepção marxista de trabalho em seu sentido ontológico e histórico, refletimos sobre a realidade do campo brasileiro e as condições de trabalho e vida neste espaço, apontando para as inúmeras relações entre campo e cidade e do trabalho do campo com a produção industrial e capitalista. Pensamos o MST como movimento que expressa as contradições da sociedade burguesa e procura gestar relações humanas e formas de trabalho superiores à sociedade vigente.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalho no campo. Movimento Sem Terra.

1 Professora na Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: sandradalmagro@yahoo.com.br

2 Professora na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Produtividade do CNPq.
Contato: celiavendram@gmail.com

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o trabalho no campo no contexto da sociedade burguesa e, particularmente, as formas de trabalho gestadas no interior do MST, refletindo seus avanços e limites no intuito de superar o trabalho submetido ao capital. O texto estrutura-se em três partes, na primeira retomamos a concepção marxista de trabalho em seu sentido ontológico e histórico, para num segundo momento refletir sobre a realidade do campo brasileiro e as condições de trabalho e vida neste espaço. Por fim, problematizamos o MST como movimento que expressa as contradições da sociedade burguesa e procura gestar relações humanas superiores à sociedade vigente.

O campo brasileiro expressa o atual estágio do capitalismo financeiro e oligopolizado por meio do agronegócio, uma forma “moderna” de reprodução da histórica concentração de terras e da especulação fundiária no mercado de terras. É a estratégia para associar o capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, perseguindo o lucro e a renda da terra, com patrocínio do Estado. De acordo com Delgado (2003), a magnitude da

questão agrária hoje está na disponibilidade de terra e na demanda por terra. A situação agrária brasileira descarta trabalhadores e pequenos produtores dos mercados agrícolas e, ao mesmo tempo, permite um grande estoque de terra ociosa apropriada pelo latifúndio.

Do lado dos trabalhadores, observamos a intensificação da exploração do trabalho, o aumento do desemprego (o agronegócio emprega pouquíssimos trabalhadores), a violência nas relações semi-clandestinas de trabalho volante e a exploração do trabalho de crianças.

Em 2006 (Censo Agropecuário), quase 12 milhões de pessoas trabalharam de modo temporário (por até 180 dias) no campo, muitos vivem nas periferias das grandes cidades, sem contar o já mencionado “moderno” trabalho escravo. São 192 empresas que exploram a mão de obra escrava, fundamentalmente agrícolas, madeireiras e de gado, inclusive na moderna indústria do etanol da cana de açúcar. E também do trabalho infantil, são quase oito milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil, a maioria no campo, onde 77% trabalha em atividades não remuneradas, sobretudo na agricultura³.

3 Fonte: OIT. Trabalho infantil no Brasil, 2001.

Atualmente, cerca de 16,5 milhões de trabalhadores vivem no campo. No entanto, apenas 1,5 milhões deles têm carteira assinada. Isso quer dizer que menos de 10% tem carteira assinada. Dos 11 milhões restantes, dois terços sobrevivem com apenas o suficiente para comer, e um terço não recebe qualquer remuneração.

Tal cenário é explicado pelos dados divulgados pelo IBGE no último Censo Agropecuário (2006). O índice de Gini, que mede a concentração de terras, aumentou de 0,856 para 0,872. As propriedades com mais de mil hectares ocupam 43% da área total, ante os 2,7% de área ocupada pelas menores (abaixo de 10 hectares), que representam 47% das propriedades.

É nesse contexto que o Movimento dos Sem Terra mobiliza sua base (trabalhadores sem-terra e desempregados) na luta pela terra e pela reforma agrária. São milhares de trabalhadores movidos pela necessidade imediata de reprodução da vida, que podem vir a se engajar em objetivos de luta mais fundamentais, pela transformação social.

A dupla face do trabalho

O trabalho, no marxismo, é analisado como possuindo uma dupla face: de um lado em sua dimensão ontológica, que remete à

formação da própria humanidade e portanto num largo espaço de tempo, e de outro, em sua dimensão historicamente situada, ou seja, no modo capitalista de produção. Por esta análise, o trabalho nas sociedades divididas em classes se apresenta de modo contraditório. De um lado se coloca como positividade, como formador do homem e, de outro, nas sociedades de classe, como elemento de negação do humano, de degradação e miséria física e espiritual, de aproximação à condição animal.

Em seu sentido geral, como positividade, o trabalho é compreendido como a relação que o ser humano estabelece com a natureza, relação através da qual a espécie humana busca apropriar-se da matéria natural de forma a torná-la útil à vida, satisfazendo necessidades. O homem se distingue das demais espécies porque é o único capaz de produzir as condições de sua existência, não é apenas determinado pela natureza, como é capaz dela se destacar ao agir conscientemente para a produção de seus meios de vida. Diferentemente dos animais, a espécie humana não apenas se adapta à natureza como também a transforma. Na perspectiva da ontologia marxista, o trabalho é fundador do ser humano porque através dele torna-se possível a superação da condição animal e

a construção do gênero humano, movimento este que Lukács (1984) denomina “salto ontológico”. É por intermédio dele – do trabalho - que o homem modifica a natureza ao mesmo tempo em que modifica a si mesmo. Para Marx, o trabalho é, antes de qualquer coisa, o elemento mediador da relação do homem com a natureza: “o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza e, portanto, de manter a vida humana”. (MARX, 1999, p. 64-5).

O produto do trabalho, além de promover o distanciamento do homem em relação à natureza, o coloca em uma condição de vida distinta, permitindo/exigindo a produção de novos produtos que agora só são possibilitados pelo acúmulo do estágio anterior. Portanto, seu desenvolvimento é determinado cada vez mais pelas forças sociais, ainda que as forças naturais se exerçam. Lukács (1984) chama esse processo de recuo das barreiras naturais, através do qual os condicionantes sociais tornam-se crescentes no agir humano, ao passo que os condicionantes naturais são permanentemente afastados, ainda que nunca eliminados. Portanto, o

homem só pode ser compreendido como ser histórico, isto é, que se produz pelo conjunto das relações sociais que estabelece. O seu ser biológico se humaniza na sociedade e pela sociedade. A radical historicidade humana da qual o homem é agente e produto está na base da formulação do materialismo histórico.

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* produzem quanto a *maneira como* produzem. O que os indivíduos são, depende, portanto, das condições materiais de sua produção (MARX, 1989, p. 13. Grifos no original).

Essa formulação de Marx expressa que o ser social é uma totalidade, cujas categorias econômicas, tidas como centrais na produção e reprodução da vida, permitem analisar o ser social sob bases materialistas, mas de modo algum, segundo Lukács (1979), significa economicismo. Marx indica o primado da economia como metodologicamente decisivo para o materialismo dialético ao afirmar que para fazer história os homens devem ser capazes de viver. O “fato histórico” é a criação de necessidades sempre novas (MARX, 1989, p. 23). Compreender a formação do homem como produto da atividade do próprio homem e não mera derivação da natureza, portanto compreender a ação do homem como sensível, eis a diferença do materialismo de Marx do materialismo mecanicista e a fonte essencial da crítica de Marx a Feuerbach.

Entretanto, como enfatizou Marx, os homens produzem sua existência a partir de condições dadas e não condições escolhidas; “relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais”. (MARX, 1996, p. 52). Ao nascer encontramos uma sociedade já formada, herdamos um acúmulo das gerações anteriores, em face do qual não nos é dada a possibilidade de negá-lo, podemos

mantê-lo ou transformá-lo. Se por um lado, não fazemos a história como queremos, também não somos inteiramente condicionados. As estruturas sociais com as quais nos deparamos impõem limites à práxis humana, sem contudo determinar em absoluto nossa ação. Konder (1988) enfatiza que a complexidade da sociedade e de seus movimentos nos dá a impressão de que não temos nenhum poder sobre ela, entretanto, segundo o autor, tal sensação de impotência indica que as formas de organização que possuímos não estão sendo eficazes e que a história está sendo feita pelos outros.

Dessa forma, o homem não se experimenta e percebe como agente ativo no mundo, como um ser que constrói sua existência, dentro de certas possibilidades. Ocorre daí a alienação. O mundo torna-se estranho, algo que ele não compreende, desconhece o potencial de sua atividade. A “essência” humana, que como vimos, é a produção dos homens de seu próprio mundo, não se revela. Sua existência está alheada de sua essência (FROMM, 1983). Com a propriedade privada, o trabalho perde a característica de expressão do poder do homem, este não controla o processo de trabalho e seus produtos. No capitalismo, os produtos do trabalho humano aparentam assumir uma existência

à parte do homem, as coisas governam os homens. As relações entre estes aparecem como relações entre coisas. Para Fromm, na sociedade burguesa, a vida como espécie se torna um mero meio de vida, o homem está alienado de sua espécie (gênero humano), aproximando-se da condição animal. O trabalho que, como expomos inicialmente, é atividade formativa do homem, sua máxima expressão, torna-se fonte de sua negação, de sua coisificação.

Marx (1998) demonstra que sob o modo de produção do capital o trabalho não visa satisfazer as necessidades do produtor, mas as necessidades do capitalista. O fruto do trabalho não pertence a quem o faz, mas lhe é estranhado, a produção da riqueza implica a miséria do trabalhador. Assim, em vez de ser humanizador, o trabalho torna-se escravizante, em vez de enriquecer, mutila quem o faz, aliena, em vez de emancipar. Os objetos de trabalho em vez de serem controlados pelo trabalhador, o controlam, são humanizados, ao passo que este é coisificado. Em síntese, sob a forma do capital, o trabalho deixa de ser provedor das necessidades humanas e passa a ser fator de degeneração da espécie.

O trabalho tem, portanto, para o marxismo, uma “dupla face”. De um lado como formador da espécie humana, por meio do qual os

homens afastam-se de sua condição animal, do determinismo natural e produzem sua existência. No capitalismo, porém, o trabalho não se volta ao atendimento das necessidades humanas, mas aos interesses do capital. É gasto de energia para produção de artigos que não são consumidos por seu produtor. Via de regra, nesse modo de produção, o trabalho não desperta interesse e criatividade, é repetitivo e mecânico, fonte de acumulação capitalista. Se faz alienação do trabalhador e mecanismo de exploração.

De potência criadora do homem e de sua liberdade, o trabalho, nas sociedades de classe, em especial no capitalismo, converte-se em seu oposto: degenera o homem e o priva da liberdade. Entretanto, o capitalismo não se desenvolve sem ampliar suas contradições. As imensas riquezas criadas pelos homens contrastam com sua miséria física e espiritual. As forças produtivas se desenvolvem de modo unilateral e destrutivo, prisioneiras ainda de relações sociais escravizantes. Porém, à medida que o capital não consegue reproduzir a vida de centenas de milhares de seres humanos, sequer em suas necessidades mais essenciais, a produção de novos meios de vida passa a se colocar como uma questão coletiva, como a questão de nosso tempo. Nesse sentido é preciso entender também como os

homens têm buscado construir o novo em meio ao velho, imersos em dificuldades e contradições, mas com o intuito de fazer emergir formas inteiramente novas de produzir a vida. É nesse contexto que tomamos a experiência do MST. Antes porém, vamos observar como o trabalho se apresenta no campo.

O trabalho e os trabalhadores do campo

O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro se acelera a partir de 1930, articulado à expansão industrial (OLIVEIRA, 2003). Sabemos que a passagem do escravismo ao mercado de trabalho livre, da monarquia à república, da base econômica agrícola à industrial se processou perpetuando a concentração fundiária e mantendo massas populacionais longe do acesso à terra. Grande parte da população é deslocada para as cidades formando uma grande massa de trabalhadores disponíveis ao capital, cuja concorrência também assegura baixos salários. O Brasil possuiu, entre 1930 e 1980, uma das taxas de êxodo rural mais altas do globo, os índices da população rural no período assinalados caem de 70% para 30%.

Nos anos 1960 há um novo marco, pelo que ficou conhecido como Revolução Verde, ou

numa perspectiva crítica, Modernização Conservadora ou Dolorosa (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Tal perspectiva de desenvolvimento do campo visava modernizar a agricultura brasileira no que se refere à sua inserção no mercado agrícola mundial, tanto em termos de produtividade quanto de consumo. Temos, então, uma mudança de matriz tecnológica e produtiva, com a dispensa de força de trabalho devido à mecanização, à utilização massiva de insumos industriais, gerando a dependência dos produtores à indústria, dos financiamentos bancários e das grandes multinacionais exportadoras. Essa nova base produtiva reforçou o monocultivo em grandes extensões e as exportações de novos produtos agrícolas como a soja e o milho. Todavia, promoveu um desenvolvimento regional bastante desigual, elevou muito a pobreza no campo, atualizou a concentração da terra e promoveu o êxodo rural. Ainda em 1988, José Graziano da Silva apontava para algo característico da questão agrária brasileira:

As maiores empresas industriais, os maiores grupos industriais são também os maiores proprietários rurais desses blocos, desses complexos agroindustriais. Houve uma crescente integração dos capitais na constituição

de blocos de capitais no campo. De modo que hoje falar da burguesia agrária é no mínimo estar defasado vinte anos na História. A burguesia agrária hoje é parte de uma burguesia brasileira, de uma burguesia em geral, internacionalizada inclusive, com interesses profundamente imbricados entre si (2002, p. 139).

O campo não ocupa, nesse contexto, um lugar secundário na economia nacional. Ainda hoje esta tem base, em grande medida, na agroexportação ou na exportação de produtos primários ou de pequeno valor agregado, como é próprio dos países subdesenvolvidos. Ou seja, a economia e a política são determinadas substancialmente pelas multinacionais e o grande capital nacional a ela subserviente, que são também grandes proprietários de terras e da agroindústria.

No final dos anos 1990, novas mudanças se processaram na agricultura brasileira, agora denominada agronegócio. Este reforçou e atualizou o capitalismo no campo, baseando-se na articulação e dependência dos grandes proprietários de

terra para com os bancos, fornecedores de crédito, e com as empresas transnacionais, fornecedoras de insumos e controladoras dos preços e dos mercados. Tal articulação se tornou possível graças ao capitalismo financeiro que centralizou e concentrou as grandes empresas do ramo, elevando a concorrência em escala continental e mesmo mundial. Segundo dados do MST, vinte empresas controlam a produção agrícola no mundo⁴. Do ponto de vista científico-tecnológico, as bases desse novo impulso do capitalismo no campo encontram-se na manipulação genética e na automação.

O desenvolvimento capitalista encontra no campo condições específicas - propriedade da terra e sua irreprodutibilidade, determinantes naturais como clima, solo e desenvolvimento das espécies vegetais e animais - que implicam diferenças entre a produção capitalista industrial e agrária. Tais condições de produção são tidas como limitações que o capital enfrenta no campo, ou que ao menos oferecem resistências para sua implementação na forma clássica industrial como descrita por Marx. Mas as tentativas do capital

4 Conforme o MST (2007b), 20 empresas hoje, controlam todo o comércio agrícola brasileiro, tanto o de insumos (para financiar a produção), quanto o de *commodities*. Dessas 20 empresas, 70% são transnacionais. Por exemplo, o comércio mundial de grãos e semente transgênica é controlado pela Bunge, Monsanto, Cargill, ADM, Dreyfus e Syngenta; o de agrotóxicos pela Bayer, Syngenta, Basf e Monsanto; o de laticínios e derivados pela Nestlé, Parmalat e Danone; e o de água potável pela Coca-Cola, Nestlé e Suez.

de obter controle da produção no campo processam-se sucessivamente, iniciando com a mecanização, a síntese química de insumos e, mais recentemente, a manipulação genética. As barreiras naturais são continuamente superadas, algumas porém são tidas em dado momento como intransponíveis.

Esse movimento de busca de domínio dos determinantes naturais ocorre nas diferentes atividades agrícolas. No capitalismo tal dominação é motivada pelo crescimento dos lucros. Para tanto é indispensável aumentar a rotação de capitais, controlar as intempéries do clima e as condições de relevo. O frango, por exemplo, que na forma de produção artesanal levava cerca de quatro meses para estar em ponto de abate, com a manipulação genética alterando o equilíbrio hormonal desses animais, com o uso de ração especial e o confinamento, podem ser abatidos com 28 dias! Adubos e venenos também interferem nas condições naturais de solo e manejo das culturas. Outro exemplo fantástico encontra-se nos foguetes utilizados para dispersão de nuvens densas, possíveis causadoras de chuvas de granizo, como os utilizados em Fraiburgo, SC pelas grandes produtoras de maçãs.

Assim, diversos são os recursos que o capital cria para cada situação adversa encontrada.

A produção artesanal e dependente do tempo natural, progressivamente vai sendo superada. Imerso nessa realidade, o campo não é um lugar do atraso, do arcaico, mas se encontra ligado às mais modernas técnicas e tecnologias do capital. Nesse ponto, campo e cidade também não se mostram diferentes, estando antes interligados e dependentes. Nesse processo, o campo, inevitavelmente, reproduz as contradições dessa forma de sociedade, cujos avanços produtivos controlados por poucos, produzem a miséria, a fome e o desemprego para muitos. Produz também grandes diferenças regionais e diversas categorias de trabalhadores no campo, as quais são fruto de um mesmo movimento global.

Contudo, se inúmeros estudos demonstram o avanço do capitalismo no campo, as consequências de tal penetração não têm sido consensuais. A heterogeneidade existente no espaço rural alimenta distintas e mesmo opostas interpretações. Os autores (MARTINS, 1981; GRAZIANO DA SILVA, 1982; VEIGA, 2003; ABRAMOVAY, 2007, entre outros) divergem acerca das formas de produção existentes no campo (se capitalistas, pré-capitalistas, funcionais ao capital e acerca do grau de autonomia da produção familiar/camponesa em relação a este), do peso dos determinantes nessas

formas de produção (propriedade da terra e dos meios de produção, origem da força de trabalho, utilização de tecnologia e conhecimentos, etc.) e do futuro que teria a forma de produzir no campo, questões importantes para pensar as formas de luta e resistência desses setores dentro da sociedade capitalista. Também é antigo o debate sobre o lugar ocupado pelos camponeses ou agricultores no capitalismo: afinal, a propriedade da terra e dos meios de produção (ainda que na maior parte dos casos em pequenas unidades e em precárias condições) os colocaria entre os proprietários capitalistas, detentores dos meios de produção ou ao contrário, entre os trabalhadores, pelo fato de na maior parte dos casos, disporem apenas de sua própria força de trabalho e de sua família?

Se a exploração capitalista fica mais evidente entre os assalariados e bóias frias (estes últimos podem ser considerados como assalariados eventuais, "precarizados"), também pode ser identificada nas formas disfarçadas de assalariamento como a vigente na integração clássica praticada pela agroindústria de frango, fumo, suínos e outras. Em relação aos pequenos agricultores também é possível questionar sua autonomia em relação ao capital, sendo antes evidenciada sua crescente dependência da indústria que

condiciona a forma de produção, ao passo em que são expropriados pelo capital no conjunto do processo de comercialização (GERMER, 1994; AUED e PAULILO, 2004).

Assim, é inegável que as formas de produção no campo não são distintas da capitalista. Esta não se dá de um modo puro, mas contraditório e desigual. A dinâmica de produção do capital faz e desfaz grupos humanos e suas produções. Cria modos diversos de produzir e viver no campo, formas singulares de um mesmo movimento global. Poderíamos assim agrupá-los: (1) o setor do grande capital, concentrador da terra e da riqueza, consumidor de máquinas, venenos e demais insumos, produzindo na forma de monoculturas, dispensando força de trabalho e bastante integrado ao mercado agropecuário internacionalizado; (2) o empobrecimento de parcela significativa das populações do campo, (pela perda ou diminuição de suas terras, de seu poder aquisitivo, dos recursos de inserção social...), numa dinâmica que produz sem-terras, assalariados, bóias-frias, desempregados rurais e alimenta o êxodo rural; (3) parcela da população no campo, comumente designada de agricultores familiares a qual se encontra mais integrada ao mercado, com maior rentabilidade, incorporação de tecnologia e conhecimentos, mudanças culturais,

etc. (4) a persistência de comunidades “tradicionais” como grupos indígenas (grupos descendentes dos astecas e maias, na América Central, também caracterizadas como agricultores/camponeses), faxinalenses, quilombolas e outros, os quais expressam uma capacidade de resistência importante, de outro, encontram-se cada vez mais encurralados nos aspectos geográficos, culturais, econômicos e populacionais, muitos à beira do desaparecimento. Nesse sentido, os grupos indicados não expressam autonomia de um em relação ao outro, mas sua interdependência.

O campo não constitui, desta maneira, um modo de produção distinto do capitalismo. Este, por sua própria lógica, se apropria, controla e domina os recursos naturais e humanos, numa corrida insana para acumular e concentrar sempre mais riquezas, cujo reverso é a ampliação da miséria. Afirmar a hegemonia do capital no campo, não significa, entretanto, ignorar as suas particularidades, as diferenças pelas quais o capital se realiza na cidade e na agricultura, como observamos. Importante também é dizer que a vigência do capitalismo no campo não implica um todo homogêneo, mas um campo desigual, contraditório, seja em relação à forma de produção agrícola, o grau de tecnologia empregada, os

serviços nele presentes, seja nas relações sociais estabelecidas, gerando formas de produção da vida muito distintas entre si, mas que compõem uma mesma totalidade. Assim como na cidade, no campo o capitalismo também apresenta seus antagonismos, tais como a concentração da riqueza e a generalização da miséria, sua dinâmica, metamorfoses e as lutas sociais inerentes às sociedades divididas em classe. O Movimento Sem Terra é uma das expressões mais acabadas do desenvolvimento capitalista no campo e a necessidade de superação dessa forma de produção social.

O Movimento dos Sem Terra

O MST é um movimento que aglutina algumas das milhares de pessoas que não encontram na forma de organização social vigente as condições para produzir sua existência. Muitos dos sem-terra que constituem o MST encontram-se despidos de qualquer forma de propriedade: a terra, a moradia e mesmo sua força de trabalho não consegue mais encontrar comprador. São milhares de famílias que vivem à beira das estradas, em barracos, ou nas favelas, agregados e assalariados rurais que quando dispensados de seu trabalho não têm para onde ir. Assim, o MST é um espaço onde milhares de seres humanos buscam

uma forma de produção da vida, de inserção social.

O sem-terra vai ao MST não porque deseja transformar a sociedade, mas porque precisa sobreviver, busca uma possibilidade de incluir-se socialmente. Sua preocupação fundamental é sua sobrevivência e de sua família. Tomada nesse sentido, a luta de muitos sem-terra individualmente é a busca pela inserção na sociedade, que acaba por contribuir na reprodução do capital. É preciso ter presente que a dimensão corporativa nos limites do capital é real na luta concreta operada pelos sem-terra organizados no MST, mas não é (não tem sido) única. Ocorre que o amadurecimento (ampliação ou universalização) da luta política dos trabalhadores, incluso o MST, permite a ampliação da luta pela sobrevivência individual para chegar à luta pela transformação social. Em outros termos, na busca por melhores condições de vida *dentro* da ordem do capital, ou no caso dos sem-terra por sua inserção na dinâmica do modo de produção burguês, constrói-se coletivamente a possibilidade, mediada pelo movimento social, de superação da luta particular para adentrar a esfera da luta coletiva, de interesses universais dos trabalhadores. A passagem de um nível a outro, ou a aquisição da consciência de classe se torna

possível por meio da “ligação estrutural da experiência do trabalho e das experiências políticas, sociais e educativas” que são gestadas no Movimento Sem Terra (VENDRAMINI, 2000).

Desse modo, coloca-se como desafio ao MST a necessidade de reconstruir a vida em sua dimensão material, concreta e na complexidade da vida humana. Debate-se a importância da organização do assentamento como um todo, interligando-se os aspectos produtivos, de moradia, gênero, faixa etária, educação e saúde, formação política, etc. Enfim, o MST almeja que o assentamento torne-se tanto um espaço de viabilidade econômica dos assentados, quanto de elevação do nível cultural e político. Também se pretende que os assentamentos acumulem forças na luta por transformações sociais, que eles se constituam em “uma retaguarda social”, “uma forma de resistência para seguirmos lutando contra o capitalismo”, já que “não iremos resolver os problemas dos camponeses dentro do capitalismo” (MST, 2007, p. 12).

As formas de produzir existentes nas áreas de assentamento são diversas, desde aquelas artesanais (familiares, com pouco domínio técnico e de predomínio da agricultura de subsistência), até formas plenamente coletivas,

com a presença de agroindústrias de alta tecnologia; há parcelas de agricultores dependentes do mercado agrícola (muitos inclusive para compra de alimentos) e plantio de transgênicos. Confirma-se assim que os assentamentos não se constituem em ilhas produtivas desligadas dos embates existentes na sociedade, são espaços de disputa de diferentes matrizes tecnológicas, distintos modelos de produção. Para o MST (2006), a correlação de forças das classes em luta, favorável à burguesia, tem imposto um baixo grau de desenvolvimento produtivo e social dos assentamentos. As terras destinadas à desapropriação são marginais e degradadas, o Estado de modo geral é ausente tanto em serviços públicos como em investimentos produtivos, resultando em forças produtivas pouco desenvolvidas e em dificuldades de avanço na consciência social dos assentados.

Leite (1997), numa espécie de estado da arte dos estudos sobre assentamentos, mostra que boa parte das famílias assentadas, ainda que viva em condições de pobreza, seu desenvolvimento econômico e social melhorou se comparado às condições de vida anteriores. Numa pesquisa em seis regiões de assentamentos, Leite *et al* (2006) também identificam melhorias na qualidade de vida, sob os diversos aspectos analisados como renda,

condições de moradia, alimentação, transporte, acesso a créditos e bens duráveis. Segundo os dados dessa pesquisa, “boa parte da população assentada supera o nível da linha de pobreza, embora apresentando grandes variações regionais” (p. 261). A diferenciação entre os assentamentos se deve a diversos fatores como localização da área em relação ao escoamento da produção e mercados consumidores, fertilidade da terra, organização local e cultural das famílias (LEITE, 1997, p. 164-5). Os estudos também apontam para a promoção do desenvolvimento local, com maior geração e distribuição de renda, fixação do trabalhador no campo e, em que pese a baixa produtividade, uma crescente integração ao mercado. Leite *et al* (2006) identificaram que a implantação dos assentamentos traz consigo melhorias nas políticas públicas, mas que ainda é evidente a situação de precariedade em relação aos serviços de saúde, escola, infraestrutura, acesso à assistência técnica etc, “indicando, por um lado, uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação fundiária e, por outro, fortes continuidades em relação à precariedade material que marca o meio rural brasileiro (p. 261). Esse quadro e a história de luta pelo acesso à terra favorece a continuidade das lutas nos assentamentos e motiva formas

diversas de organização coletiva, propiciando aos assentados que se constituam como sujeitos políticos atuantes na região.

O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST (MST, 2006) analisa que, mesmo os assentamentos sendo fruto da pressão social das famílias sem-terra e simbolizarem a desconcentração da terra e o trabalho familiar em detrimento da exploração do trabalho assalariado (ainda que este esteja presente em muitos assentamentos e cooperativas), eles são um território de disputa permanente. Isso porque as “novas relações sociais que se estabelecem no assentamento (...) não são suficientes para garantirem as mudanças na visão de mundo, nas práticas produtivas e nas relações cotidianas entre as pessoas e nem alterar o poder político local” (p. 8). Há inúmeras relações estabelecidas pelos assentados com agentes externos e internos que reproduzem as idéias e o modelo agrícola dominante.

Os assentamentos trazem consigo o impasse da luta social de classes. Apesar da ocupação e desapropriação do latifúndio, as famílias ali assentadas e o MST, não conseguiram derrotar por completo essa classe social e impor a reforma agrária ampla e massiva que permitisse o pleno desenvolvimento de um projeto

popular de agricultura. Portanto, ainda que o latifúndio ocupado e desapropriado tenha sido derrotado, a luta mais geral do MST não derrotou a burguesia e o capital no campo. Ao contrário, os latifundiários apesar de terem perdido algumas batalhas conseguiram, com o apoio dos governos, bloquear o avanço da reforma agrária no Brasil. Mas por outro lado o latifúndio também não derrotou o MST, e nem derrotou a proposta democrática e popular da reforma agrária que aquele assentamento é portador. (MST, 2006, p. 8)

Esse patamar da luta de classes expresso na forma como se organizam os assentamentos, constitui avanços na luta, mas também apresenta seus limites. E um desses limites, segundo o referido documento, é a organização do assentamento em lotes individuais, recolocando a propriedade privada, as relações e a consciência social próprias desta base material. Os assentamentos organizados coletivamente em geral apresentam melhores resultados econômicos e promovem maior consciência social e de classe e pertencimento ao MST. Porém não se configuram em formas de vida totalmente novas – já que o socialismo não se constitui em *ilhas*, movem-se em meio à contradição de construir novas relações de trabalho e vida

social e de perpetuar as formas burguesas. Ainda assim, em nosso ponto de vista, constituem-se em espaços importantes de organização dos trabalhadores, descobrindo limites e possibilidades ao experimentar formas autogestionárias de produção.

Os assentamentos expressam, assim, os embates e as contradições sociais. São espaços onde distintas formas de produzir a vida se confrontam, por meio das ações dos homens e de seus projetos. Criar um novo modo de produção e de relações humanas, como se sabe, não é algo simples e fácil, mas torna-se uma necessidade quando as velhas formas não asseguram a vida de grande parte da população. Assim se constitui a experiência e o projeto da classe que aprende a se associar, a produzir a vida coletivamente, até chegar ao controle da totalidade das forças produtivas sob o comando dos povos organizados, livremente associados. No MST, os sem-terra experimentam essa associação, nos assentamentos tentam exercitá-la em outros níveis. Ali se encontra, inevitavelmente, repleto de dificuldades, desafios e contradições, um espaço que, dentro das possibilidades deste momento histórico, busca experimentar uma forma nova de produzir a vida integralmente.

Mészáros (2002), analisando as limitações impostas pelo capital às organizações de esquerda ao longo do século XX, aponta

que só um movimento de massas, com atuação radical e para além da institucionalidade será capaz de constituir um processo emancipatório que se contraponha ao capital e capaz de destruí-lo.

O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais que têm como núcleo fundante a classe trabalhadora é criar e inventar novas formas de atuação, autônomas, capazes de articular intimamente as lutas sociais, eliminando a separação introduzida pelo capital, entre ação econômica de um lado (realizada pelos sindicatos) e ação político-parlamentar, no outro pólo (realizada pelos partidos). Esta fragmentação favorece o capital, fraturando e fragmentando ainda mais o movimento político dos trabalhadores (MÉSZÁROS, 2002, p. 19).

O MST, não sem dificuldades, tem aliado a luta econômica (por acesso à terra, ao crédito e a outros bens) à luta político-ideológica. No momento atual do capitalismo essa questão se mostra particularmente complexa, quando a luta pela Reforma Agrária está em relação profunda com o capital financeiro e as transnacionais do ramo agroindustrial. De outro lado, como já assinalamos, as condições em que se desenvolve a luta do MST impõem a construção de uma *alternativa hegemônica*, ou seja, o ensaio de formas

de produzir a vida que possam vir a superar a forma capitalista.

Para nós, o MST é uma forma de luta dos trabalhadores na atualidade, fruto do estágio mais avançado do capitalismo e de suas mais explosivas contradições, que expressa a luta dos homens pelo acesso às condições elementares de sobrevivência e ao mesmo tempo por suas necessidades mais gerais: a superação do antagonismo entre as classes sociais e a socialização da riqueza - material e cultural. Contém em si o desafio de resolver os problemas mais imediatos que são também os mais amplos da humanidade e nisso consiste sua atualidade e seu potencial revolucionário.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- AUED, Bernarde, e PAULILO, Maria. Ines. S. **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.
- DALMAGRO, Sandra L. A escola no contexto das lutas do MST. Tese (doutorado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2010.
- DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: Mundo rural. *Sociologias*, 2003, n. 10, p. 312-347.
- FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GERMER, Claus M. Trabalhadores: bases do programa agrário. **Revista Teoria e Debate**, n. 24, São Paulo, maio de 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. O desenvolvimento do capitalismo no campo e a reforma agrária, In: STÉDILE, J.P. (org.) **A questão agrária hoje**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. (p. 137 – 143).
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário*, 2006.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LEITE, S. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados, In: STÉDILE, J. P. (org.) **A Reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 157 – 176.
- LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., et al. (Orgs.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o rural brasileiro**. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Estudos NEAD, n.6).
- LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**. O Trabalho. Maceió, 1984 (Tradução Ivo Tonet). (Não publicado).
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. **O Capital: Crítica da economia política**. 16ª ed. Livro 1, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. **O Capital: Crítica da economia política**. 17ª ed. Livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: por uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MST. **Os assentamentos no centro de nossas ações**. S.I. Novembro de 2006. (Não publicado).
- _____. **Os assentamentos no centro de nossas ações**. Estudo com a coordenação do setor de produção. S.I. Maio de 2007. (documento eletrônico - slides).
- _____. **Textos para estudo e debate – 5º Congresso Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2007b.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. www.oitbrasil.org.br
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- VEIGA, José. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.
- VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2000.

ABSTRACT

This paper analyses rural working in a bourgeois society, especially the type of working generated inside MST – Rural Landless Workers Movement. The ontological and historical meaning of the Marxist conception of work is our starting point followed by reflections on the Brazilian rural reality and its working and living conditions. Next, we point out the several relationships between city and rural areas as well as between rural working and capitalist industrial production. MST is thought to be the movement which expresses the contradictions of the bourgeois society and aims at raising human relationships and types of working of superior quality of those in vigor in our society.

Keywords: Work. Rural working. Landless Workers Movement.

Recebido: março/2011.
Aprovado: abril/2011.